

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 024

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 12 DE ABRIL DE 1999

ANO XXV

## Mesa Diretora

**ANIBAL KHURY**

Presidente - PFL

**NELSON JUSTUS**

1º Vice-Presidente - PTB

**CAÍTO QUINTANA**

2º Vice-Presidente - PMDB

**NELSON GARCIA**

3º Vice-Presidente - PFL

**HERMAS BRANDÃO**

1º Secretário - PTB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Secretário - PPB

**RENATO GAUCHO**

3º Secretário - PSDB

**ÂNGELO VANHONI**

4º Secretário - PT

**LUÍZ CARLOS ZUK**

5º Secretário - PDT

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Orlando Pessuti</i>
<i>PPB</i> .....	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i> .....	<i>Péricles de Holleben Mello</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>José Maria Ferreira</i>
<i>PL</i> .....	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PSB</i> .....	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSC</i> .....	<i>Chico Noroeste</i>

## Representação Partidária

*PFL - 10 - Anibal Khury - Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Hidekazu Takayama - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins (suplente) - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PTB - 10: Ademar Luiz Traiano - Algaci Túlio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PPB - 07: Augustinho Zucchi - Divanir Braz Palma - Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldir Pugliesi; PSDB - 06: Antonio Carlos Baratter - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva (Litro) - Pastor Edson Praczyk - Renato Gaucho - Serafina Carrilho; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PL - 02: Edno Guimarães - Geraldo Cartário (licenciado); PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; PSC - 02 - Chico Noroeste - Miltinho Puppio; SEM PARTIDO: Neivo Beraldin.*

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 020ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
12 DE ABRIL DE 1999  
(segunda-feira)**

Presidência do Senhor Deputado Nelson Justus, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Alborghetti e Augustinho Zucchi.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Nelson Justus, Caíto Quintana, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademir Traiano, Ademir Bier, Algaci Túlio, Antonio Carlos Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Lino Rusch, Divanir Braz Palma, Fernando Ribas Carli, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Silva Litro, Marcos Valente Isfer, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas de Oliveira, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está em votação a Ata que acaba de ser lida.  
**Aprovada.**

O SR. NEIVO BERALDIN (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, solicito verificação de votação da Ata.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

(**É procedida a verificação de votação**)

22 Srs. Deputados aprovam a Ata.

Há “quórum” para prosseguimento da Sessão.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO Nº 480**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, comunicar o soberano Plenário, a sua desfiliação do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

Sala das Sessões, em 12.04.99.

(a) EDSON PRACZYK

**REQUERIMENTO Nº 468**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário o envio de expediente à família Poletto, com votos de profundo pesar, pelo falecimento precoce de Daniel Luiz Polleto, do Município de Catanduvas-PR.

Sala das Sessões, em 12.04.99.

(a) NEREU MOURA

**JUSTIFICATIVA:**

O falecimento precoce de daniel Luiz Poletto, vitimado por um acidente, deixou consternada toda a população do Município de Catanduvas.

Deixará em todos, principalmente aos familiares, um sentimento de dor e saudade.

Por tudo isso, através deste Parlamentar a Assembléia Legislativa do Paraná, cumpre o doloroso dever de se associar à dor e ao pesar recebidos pela família Poletto e a endereçar manifestação de votos de sentidas condolências e rogando a Deus que a todos conforte e ampare.

**REQUERIMENTO Nº 469**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto e soberano Plenário, a consignação na Ata da presente sessão plenária votos de profundo pesar, pelo falecimento do Prefeito Municipal Srs. Pedro Dallago do Município de Flórida ocorrida ontem, domingo dia 11/03/1999, naquele município.

O tempo e a distância, jamais, apagarão do coração de todos os seus familiares, amigos e companheiros, a lembrança e o carinho daquele que fez da sua vida um exemplo de honestidade, trabalho e dedicação à sua profissão e aos seus semelhantes.

Requer outrossim o envio de correspondência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 12.04.99.

(a) CLEITON KIELSE

#### REQUERIMENTO Nº 455

Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista que, nas vistorias realizadas pelo INCRA ou com a comunicação do resultado delas, os técnicos dessa autarquia alegam que irão aplicar ou aplicaram a Agenda Ambiental/98, requeremos seja oficiado ao Sr. Superintendente do INCRA no Estado do Paraná no sentido de dar encaminhamento a esta Assembléia do conteúdo da citada Agenda e da legislação em que ela se assenta, nos termos da Constituição Federal, cujo artigo 37 determina a publicação dos atos da Administração Pública para o fim de prevenir direitos democráticos dos cidadãos.

Sala das Sessões, em 12.04.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS, RICARDO CHAB,  
MILTINHO PUPPIO, ANTONIO ANNIBELLI,  
DURVAL AMARAL, ADEMAR TRAIANO,  
LUIZ ACCORSI, HERMAS BRANDÃO,  
CLEITON KIELSE, NELSON JUSTUS,  
PLAUTO MIRÓ GUIMARAES,  
EDNO GUIMARAES,  
LUIZ CARLOS ALBORGHETTI,  
CESAR SILVESTRI, NELSON GARCIA,  
MOYSÉS LEÔNIDAS, HIDEKAZU TAKAYAMA  
e MARCOS ISFER.

### Projetos de Lei:

#### PROJETO DE LEI Nº 158/99

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1ª - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Paranaguá, com sede e foro no Município de Paranaguá/PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.04.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Paranaguá, fundada em 04.10.1923, está localizada no Município de Paranaguá/PR, à Rua Rodrigues Alves, nº 621.

Tem por função a defesa e o desenvolvimento do comércio, da indústria e da agricultura e também de defender os legítimos interesses dos seus associados.

Atual hoje com dezessete Câmaras Setoriais e cada uma delas representa os mais destacados segmentos econômicos que encontram-se em atividade. Junto aos seus associados realiza cursos, treinamentos e palestras para empresários e trabalhadores, buscando sempre o desenvolvimento social e econômico daquele município.

Pelo imprescindível trabalho de longo alcance realidade por esta Instituição, pedimos aos nobres Parlamentares a aprovação do presente projeto de lei.

#### PROJETO DE LEI Nº 159/99

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ivaí - PR, com sede e foro na cidade de Ivaí, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.04.99.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ivaí - PR, é uma sociedade civil, filantrópica, de caráter cultural, assistencial e educacional, sem fins lucrativos, com duração indeterminada, com sede à Praça Rui Barbosa, 715, fundos.

Está em regular funcionamento, com suas atividades voltadas para os excepcionais, coordenando e executando na sua área de jurisdição os objetivos, programas e a política da Federação das APAEs do Estado e da Federação Nacional das APAEs.

Visa, ainda, servir de órgão de articulação com outras entidades no município, que defenda a causa dos excepcionais, sobretudo em assegurar o livre ingresso a todas as pessoas portadoras de deficiência que necessitam do atendimento oferecido pela entidade como assistidas.

De acordo com os documentos que acompanham a presente solicitação, a entidade requerente, está em condições de ser declarada de Utilidade

Pública, visto que preenche todos os requisitos legais.

Assim sendo, esperamos contar com o apoio dos nobres Parlamentares para a aprovação do presente projeto de lei.

**PROJETO DE LEI Nº 160/99**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Sociedade Beneficente Cristo Rei, com sede e foro no Município de Ivaí, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.04.99.

(a) HERMAS BRANDÃO

**JUSTIFICATIVA:**

A Sociedade Beneficente Cristo Rei, é uma pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro na Cidade de Ivaí, Estado do Paraná.

Está em regular funcionamento há mais de 4 (quatro) anos, com suas finalidades voltadas para a assistência moral e material da infância pobre, a assistência educacional, moral, cultural e material a população carente e através da Rádio divulgação sonora a propagação educativa, artística, cultural e informativa dos valores éticos e sociais da pessoa e da família em benefício do desenvolvimento geral da comunidade de Ivaí.

Conforme se infere da documentação que ora fazemos juntar ao presente plano de lei, a entidade em questão está em condições de ser declarada de Utilidade Pública, visto que preenche todos os requisitos legais.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres Parlamentares para a aprovação do presente projeto de lei.

**PROJETO DE LEI Nº 161/99**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Albergue Noturno Nosso Lar, com sede e foro no Município de Loanda.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.04.99.

(a) LUIZ ACCORSI

**JUSTIFICATIVA:**

O Albergue Noturno Nosso Lar, entidade fundada em 19 de dezembro de 1962, vem prestando relevantes serviços à comunidade de Loanda e região. Com a finalidade de assistir aos menos favorecidos, o Albergue tem sido um fator marcante na sociedade daquela região do Estado do Paraná.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente plano de lei.

**PROJETO DE LEI Nº 162/99**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a modificar a denominação da PR-461, que liga o Município de Santo Antonio do Sudoeste a Ampére, para "PR Dorival Gabriel Bandeira".

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua promulgação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.04.99.

(a) ADEMAR TRAIANO

**JUSTIFICATIVA:**

A presente proposta de lei, pretende modificar a denominação da PR-461, para PR Dorival Gabriel Bandeira, uma vez que o nome que estamos indicando para denominar a PR, faz parte da história daquela região desde sua chegada em 1949, quando o mesmo veio com sua família para Santo Antonio do Sudoeste, onde instalou-se juntamente com a empresa Dambros, Piva & Cia. Ltda., empresa esta que gerenciou por 25 anos. Foi também sócio proprietário da empresa Bandeira Roveda & Cia. Ltda., exportadora de madeira.

Disputou a primeira eleição, para Prefeito do Município de Santo Antonio do Sudoeste.

Foi Sócio Fundador do Esporte Clube Guarani e seu Presidente por várias gestões, foi também Sócio Fundador do Esporte Clube Ipiranga e seu Presidente, no Município de Pranchita.

Pelos motivos acima expostos, e pelos relevantes serviços que o mesmo prestou a Comunidade do Sudoeste do Paraná, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis.

**PROJETO DE LEI Nº 163/99**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Senhor José Anunciação dos Santos.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.04.99.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

**JUSTIFICATIVA:**

O Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, que ora proponho, que seja concedido ao Senhor José Anunciação dos Santos, encontra amparo legal na Lei nº 5638, publicada no Diário Oficial do Estado, no dia 14/09/67.

O Senhor José Anunciação dos Santos é natural do Município de Sete Lagoas, Estado de Minas Gerais, nascido em 25/03/31, filho de José Luciano dos Santos e Celina Valoril Ribeiro, casado com a Sra. Irene de Moura dos Santos, com quem teve 04 filhos, Elizeu, Elias, Eliezer e Enéas.

O Senhor José Anunciação dos Santos, que sempre dedicou sua vida em prol das causas sociais, especialmente às pessoas e famílias carentes, orientando-as e promovendo-as o bem estar social, e, graças a esse profícuo trabalho, entre outros junto à comunidade, foi ordenado Ministro Evangélico pela Convenção das Igrejas Evangélicas Assembléia de Deus no Estado do Paraná, em 25/02/66, onde exerce a função de Pastor-Presidente da Igreja Assembléia de Deus do Município de Campo Mourão, há mais de 30 anos, tendo ainda sob sua responsabilidade a administração eclesiástica dos Municípios de Luziania, Janiópolis, Iretama, Nova Tebas, Nova Catanduvás, Altamira do Paraná, Campina da Lagoa, Ubiratã, Mamborê, Juranda, Mato Rico e Roncador do Oeste.

Além das atividades eclesiásticas, o Pastor José Anunciação, também participou de diversas obras sociais e educacionais, instituindo-as e administrando-as, tais como: Creches, Clubes de Mães e outras entidades afins. Foi ainda Coordenador da UMADEPAR - União da Mocidade das Assembleias de Deus no Estado do Paraná, Diretor do DEMIPAR - Departamento de Missões Assembleias de Deus do Paraná, membro do Conselho Deliberativo da Confederação Evangélica de Assistência Social por três mandatos, participou também na vida pública como Membro do Conselho de Desenvolvimento Industrial do Município de Campo Mourão, e atualmente é membro do Conselho Municipal de Assistência Social, e Presidente da Assistência Social Evangélica Bom Pastor, naquele município.

O Pastor José Anunciação, é reconhecido e respeitado na comunidade em que vive, pelos relevantes trabalhos que desenvolve em prol da coletividade, não só de orientação espiritual, mas também pelos projetos que realiza na área social, cultural e educacional, desenvolvendo atividades diversas de apoio e orientação a pessoas e famílias carentes, procurando integrá-las à comunidade,

oferecendo-lhes melhores condições de vida, tornando-se assim, um líder espiritual, por toda a região de Campo Mourão, independentemente de credo, raça ou cor.

Face ao exposto, e considerando que tenho acompanhado o trabalho desenvolvido pelo Pastor José Anunciação dos Santos, ao longo dos anos, reconhecendo ainda que o mesmo é portador de alto espírito de solidariedade humana, é que proponho que seja concedido o presente título ao homenageado.

**PROJETO DE LEI Nº 164/99**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Grupo de Apoio ao Programa de Educação Respiratória - GAPER, com sede e foro em Paranaguá.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.04.99.

(a) ALGACI TÚLIO

**JUSTIFICATIVA:**

O Grupo de Apoio ao Programa de Educação Respiratória - GAPER, localizada no Município de Paranaguá, é uma entidade não governamental, sem fins lucrativos, tendo por finalidade, entre outras, atender pessoal carente, adultos e crianças com asma moderada ou grave, que já tiveram internamentos ou que necessitem acompanhamento especializado em virtude de sintomas constantes, representando assim, os reais interesses da comunidade.

Assim sendo, entendemos ser esta entidade merecedora do apoio dos nobres Pares.

**PROJETO DE LEI Nº 165/99**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Para efeito de classificação das empresas em certame licitatório no Estado do Paraná, além do que dispõe a Lei nº 8666/93, deverão, os interessados na realização de obras, serviços ou vendas para o Estado, comprovar a observância das vedações estabelecidas no artigo 7º, incisos XXX e XXXIII; e artigo 227, § 3º, incisos I, II e III da Constituição Federal.

Parágrafo Único - A documentação relativa à comprovação do disposto no caput consistirá de prova de situação regular perante o Ministério do Trabalho.

Art. 2º - A exigência a que se refere o artigo anterior manter-se-á suspensa no período de seis meses a contar da publicação desta lei, ficando o Poder Executivo autorizado a prorrogar este prazo uma única vez e por igual período.

Art. 3º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.04.99.

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

Este projeto de lei visa vedar o trabalho de menores de 14 anos e regularizar a inserção de adolescentes de 14 a 18 anos no mercado de trabalho, excluindo de concorrências públicas empresas que exploram o trabalho infantil e desrespeitam a observância dos artigos 7º, XXX, XXXIII e art. 227, § 3º, I, II, III da Constituição Federal.

Tal medida faz-se necessária, tendo em vista que, segundo o Ministério Público do Trabalho - da Procuradoria Regional do Trabalho - 9ª Região - a incidência do trabalho infantil e irregular de adolescentes é bastante significativa no Estado do Paraná.

Por isso, a Assembléia Legislativa deve-se priorizar a arrecadação da exploração da mão-de-obra infantil e a regularização do trabalho do adolescente em nosso Estado. Tal ação visa o resgate da cidadania das nossas crianças e adolescentes, impedindo que continuem vítimas de empresas e/ou de prestadores de serviços, obras ou vendas para o Estado.

Isto posto, peço o apoio dos Senhores Deputados para a tramitação e aprovação do referido projeto nesta colenda Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Deputado Edson Praczyk.

O SR. EDSON PRACZYK

Sr. Presidente, nobres Deputados.

Venho mais uma vez a essa tribuna, e dessa vez para comunicar que já tenho em mãos o requerimento, o qual havíamos comentado na penúltima sessão nesta Casa de Leis. Aquele requerimento exigindo da pessoa do Sr. Secretário de Segurança Pública do Estado, a substituição e a devida punição do delegado da cidade de Dois Vizinhos. Para os nobres parlamentares que não estavam presentes quando na ocasião me pronunciei estreando esta tribuna e fazendo o meu protesto de indignação a um ato de discriminação religiosa à pessoa de um pastor evangélico, que por sua vez foi fazer uma visita a um interno de sua delegacia, isso no Município de

Dois Vizinhos. Esse pastor, após ter feito a devida visita a esse interno, foi preso sob alegação de ter cometido crime de falsidade ideológica.

Então, tenho em mãos e vou entrar hoje com esse requerimento, encaminhando ao Secretário de Segurança do nosso Estado, para que venha punir e substituir também, a pessoa do Sr. José Tadeu Inocêncio Belo, tendo em vista ter abusado de sua autoridade, além de ter cometido crime de discriminação religiosa.

Sem mais, agradeço à pessoa do Presidente e dos nobres Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra, no Pequeno Expediente, o Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Queremos trazer algumas informações a esta Casa a respeito do trabalho que a Comissão designada pelo Presidente, Deputado Anibal Khury fez no litoral do Paraná, mais especificamente no Município de Paranaguá.

A Comissão, na última quinta-feira, com o Deputado vice-Presidente Nelson Justus, Marcos Isfer, Hidekazu Takayama, Angelo Vanhoni, e nossa pessoa, esteve em visita à Prefeitura Municipal de Paranaguá ouvindo relato do Prefeito Mário Roque das Dores. Depois estivemos também ouvindo, não só ouvindo mas questionando também, algumas perguntas aos diretores das Águas de Paranaguá, empresa que explora a água e o saneamento naquela cidade. Depois aquela Comissão foi em 03 locais onde há o surto do cólera, no rio Emboguaçu, no canal da Anhaia.

Estivemos ainda no parque de triagem do Porto de Paranaguá; estivemos também acompanhando o prefeito em algumas incursões pelo município, mais precisamente na área que ele deseja fazer o seu parque industrial e pudemos, acho que neste momento falo em nome da Comissão, pudemos observar que ao mesmo tempo em que se cria obstáculos para a criação de um parque industrial, significa a exploração indiscriminada de areia desse local, de onde sai aproximadamente 300 caminhões por dia, na retirada de areia, na degradação total daquele meio ambiente, sem que haja qualquer ação de fiscalização por parte dos órgãos a que diz respeito.

Realmente, essa indignação do prefeito foi também a indignação dos componentes dessa Comissão que puderam tomar conhecimento. Fotografamos toda essa ação da Comissão que esteve em Paranaguá de quinta-feira participamos ainda de outras ações em Paranaguá, estivemos, inclusive, na sexta-feira, no sábado, nesta semana também lá

estivemos, culminando hoje pela manhã com a visita a Paranaguá do Ministro da Saúde, José Serra, acompanhado pelo governador. O Ministro esteve em Paranaguá verificando a situação do município no que diz respeito ao surto do cólera. E foi possível levar o Ministro, inclusive, com a camiseta FORA CÓLERA, vestindo, juntamente com o Governador, com o Secretário Armando Raggio, nas áreas mais precárias do município, para que ele pudesse observar de perto a situação do povo de Paranaguá, chegando inclusive a entrar em algumas residências de moradores ribeirinhos do Emboguaçu, onde pôde conversar com familiares, especialmente familiares de pescadores que vivem hoje um drama extraordinário, primeiro porque o pescador local, dessa área ribeirinha depende daquilo que ele pesca, ele não pode pescar, portanto está passando fome. Ele depende daquilo que pesca para também vender, também não pode pescar, porque não pode vender, porque ninguém está comprando.

Então é uma situação realmente de calamidade pública. Diante desses fatos foram feitos relatos ao ministro, que hoje mesmo recebeu correspondência do Prefeito Mário Roque, correspondências essas que também serão apensadas, algumas serão encaminhadas ao Governo do Estado.

Uso o Horário da Liderança do PPB, para que eu possa permitir aos demais companheiros da comissão que possam também fazer as suas colocações.

Então, hoje com a presença do Ministro, já no sábado lá estive o Deputado Federal Max Roseman, também levando a solidariedade da nossa bancada federal em Brasília, colocando-se à disposição para ajudar. O Prefeito Mário Roque está encaminhando ofício ao Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, citando a situação em que vive hoje Paranaguá, situação de calamidade pública, apesar da colaboração dos governos federal e estadual, através do trabalho da Defesa Civil que em seu relatório apresenta os casos atendidos na Santa Casa e Regional de Saúde, que somam 466 casos notificados; 377 casos confirmados; 87 casos descartados e 72 casos em investigação; casos de óbitos, confirmados como sendo ocasionados pelo vibrião do cólera, são três, e um caso sendo investigado. Ainda temos outro ofício que manda o prefeito a Sua Excelência Sérgio Cutollo, Secretário Nacional de Desenvolvimento Urbano, citando toda esta problemática e pedindo recursos do PAS para o atendimento de emergência aos pescadores. Em outro ofício, o próprio Ministro José Serra cita toda a situação dos surtos, dados e números e pede alguma verba de emergência para o município e especialmente ao pescador, porque ele já vive o período do defeso e este período é quando ele não pode pescar, é uma

espécie de férias do pescador e se ele não pode pescar para comer e nem para vender, é necessário se achar uma fórmula emergencial de atendimento a estes quase dois mil pescadores.

Ainda no sábado à tarde, participamos, juntamente com o Deputado Luiz Accorsi, da nossa Comissão de Saúde aqui da Assembléia, do mutirão realizado em Paranaguá, e, participei sexta-feira à tarde de uma assembléia com os pescadores. Quase 800 pescadores lotaram o auditório do Sindicato dos Ensacadores em Paranaguá, onde colocaram a situação grave que vivem hoje. Por isso é necessário que se encontre, através de meios do governo federal, alguma situação de emergência para que possamos encontrar um caminho, uma solução para aliviar o sofrimento.

Paranaguá, como todo o litoral, começa a sofrer o estigma do cólera, já não pode se consumir nada proveniente do nosso litoral, já reclamavam os prefeitos, numa reunião sexta-feira, que nada mais, proveniente do litoral, pode ser consumido. Nem mesmo aqueles produtos que são conseguidos através da agricultura, da lavoura, em Morretes, em Antonina, em Guaraqueçaba.

É difícil realmente a situação e, por este motivo, nós da Comissão, que ainda não apresentamos o relatório final, até porque decidimos manter a comissão permanente para acompanhar “pari passu” todas as ações que se desenvolvem no nosso litoral, especialmente em Paranaguá.

Concedo aparte ao Deputado Hidekazu Takayama.

### **O Sr. Hidekazu Takayama**

Gostaria de parabenizar Vossa Excelência pelo brilhante trabalho que vem realizando frente a nossa Comissão que está analisando todos os problemas neste surto de cólera no litoral.

Durante todos estes dias temos tomado praticamente todo o nosso tempo para acompanhar de perto as dificuldades da região, os problemas que estão acontecendo nas diversas saídas dos rios onde ocorreram eventuais casos de cólera.

Diante disso, algumas conclusões já conseguimos tirar e queremos parabenizar o bom trabalho que Vossa Excelência vem realizando junto com toda equipe: os Deputados Nelson Justus, Ângelo Vanhoni, Marcos Isfer e Luiz Accorsi que, voluntariamente, num trabalho médico, tem estado acompanhando de perto a Comissão.

Já nas primeiras vezes em que estivemos ali, junto com Vossa Excelência, pudemos ouvir o diretor da empresa que distribui água na cidade e, foi solicitada a ampliação dos investimentos na região. Há de se convir que em dois anos de trabalho não é possível fazer todo um trabalho de infra-estrutura como todos gostaríamos, e, é evidente que não esta-

mos aqui para tecer nenhuma crítica, mas fazemos lembrar que houve a solicitação para que ele viesse trazer investimentos.

Também acompanhamos de perto a aflição de Sua Excelência o Prefeito Mário Roque, no desejo que a solução venha de forma mais rápida possível e ele reflete o desejo de todas as pessoas, de toda a população de Paranaguá, mais especificamente no Bairro de Vila Guarani, e nas regiões onde residem os pescadores.

Percebemos “in loco”, companheiro Algaci Túlio, que o problema é muito maior do que imaginávamos; que o cólera que veio, infelizmente, ali no litoral de Paranaguá, é apenas a ponta de um problema que se não forem tomadas imediatas providências e é o que a comissão está procurando fazer e nisso parabeno Vossa Excelência pela condução da Comissão, queremos pedir à Presidência desta Casa e a todos os nobres Pares, companheiro Algaci Túlio, que cada Deputado se mobilize mais e se sensibilize mais pelos problemas de Paranaguá.

É evidente que a ação do Secretário de Saúde, Armando Raggio, e toda a sua equipe, na sua atuação rápida, conseguiu colocar sob controle a situação e o fato teria proporções realmente endêmicas se não houvesse a pronta atuação da equipe da Secretaria da Saúde e do próprio Governador do Estado. Hoje o Governo Federal demonstrou a sua preocupação estando lá e acompanhamos de perto, companheiro Algaci Túlio, a presença do Ministro José Serra, que foi ver “in loco” exatamente nos locais onde já havíamos estado, a situação em que se encontra o estágio desse surto. Já se sabe que está sob controle e que não há necessidade de haver um alarde, não é uma situação alarmante, mas evidentemente é uma situação que a comissão já detectou, é preciso estar atento para que ela não cresça e não tome o cunho drástico como já estávamos imaginando.

Quero parabenizar a Secretaria da Saúde, aproveitando o aparte que Vossa Excelência me dá, pelas quase 12 mil residências que foram visitadas na ocasião durante esta última semana e que Vossa Excelência também acompanhou de perto.

Fica aqui o nosso pedido aos nobres companheiros desta Casa junto com o depoimento que Vossa Excelência traz hoje na tribuna, para que todos se mobilizem, para que haja um investimento do Governo Federal e do Governo Estadual para a região, para que assim possamos dar à população de Paranaguá o direito à melhor qualidade de vida que ela merece. Tudo isto vem acontecendo em função do estrangulamento, do impedimento da cidade em crescer para aquelas regiões onde exatamente está acontecendo o surto, onde, se houvesse

uma infra-estrutura não estaria acontecendo, possivelmente, o que está ocorrendo agora.

Queremos pedir a Vossa Excelência e queremos fazer parte da comissão que vai a Brasília para solicitar os recursos e as verbas necessárias para o investimento no local. Estamos acompanhando junto e queremos parabenizar Vossa Excelência pelo bom trabalho que vem realizando.

#### O SR. ALGACI TÚLIO

Obrigado, Deputado Takayama, o trabalho é de toda a comissão. Nós, apenas, com um pouco mais de disponibilidade do que os outros companheiros, temos dedicado uma atenção especial e sempre falando em nome da comissão e não falando individualmente, em nome deste parlamentar, não. Inclusive hoje quando conversamos com o Ministro José Serra dissemos que fazemos parte de uma comissão tirada por esta Assembléia, comissão esta que está sendo convidada a ir por sua despesa própria para Brasília, amanhã, já que o Deputado Max Rosenmann conseguiu uma audiência com o ministro amanhã em Brasília, juntamente com o Prefeito Mário Roque para que a gente possa também ir reforçar os apelos que serão feitos amanhã lá em Brasília.

#### O Sr. Marcos Isfer

Permite um aparte, Deputado?

**(Assentimento)**

Quero parabenizá-lo pelo seu pronunciamento e dizer que felizmente o Paraná uniu-se em torno de Paranaguá, em torno do litoral. Ainda hoje pela manhã, também conseguimos cestas básicas para os pescadores de Antonina que sofrem os mesmos problemas de Paranaguá. Pontal do Sul me parece, também a organização dos pescadores está se reunindo e pedindo que haja uma intervenção por parte do Governo do Estado, mas é muito importante que esta Assembléia se fez representar em todos os momentos e quando era esta comissão que lá estava, isto quer dizer que lá estavam os 54 Deputados da Assembléia, porque era uma comissão suprapartidária e agora também todos os Deputados Federais somam-se a este reclamo, a este pedido com relação ao Governo Federal de apoio para Paranaguá, para que possamos efetivamente tomarmos medidas concretas.

Sabemos que o vibrião do cólera, neste momento, já deve estar decrescendo, quer dizer, já está sendo feito todo o trabalho de profilaxia, todo o trabalho de conscientização da população foi feito, deixando que a população dessa forma também contribua fazendo a sua parte; mas há necessidade, sem sombra de dúvida, de que os investimentos, a nível Federal, a nível Estadual, continue ocorrendo no litoral para que sempre possamos afastar a possi-



bilidade de o cólera voltar, ou de termos um novo surto como este.

Tenho certeza que a pronta intervenção do Governador do Estado, e hoje inclusive trazendo a Paranaguá o Ministro Serra, faz com que haja esse mutirão do Paraná em torno do litoral, em torno de Paranaguá, para a solução desse problema.

#### O SR. ALGACI TÚLIO

Para concluir Senhor Presidente.

Trago correspondência também da Federação das Colônias de Pescadores do Estado do Paraná e da Confederação Nacional dos Pescadores, que também a exemplo dos prefeitos que estiveram na reunião na sexta-feira, pediram, fizeram levantamento em cada município seu da necessidade de cestas básicas aos pescadores, aproximadamente 2000 cestas básicas foram enviadas pelo Governo do Estado para a região do litoral do Paraná para atender, não só Paranaguá, mas os sete municípios que compõem o nosso litoral. Destacando ainda também que foram mais de 40.000 casas visitadas nesse mutirão realizado no último sábado, aproximadamente 1.200 pessoas entre funcionários da Prefeitura de Paranaguá, Secretarias Municipais, Secretaria de Saúde do Estado, Defesa Civil, e mais o pessoal da fundação Nacional de Saúde, pessoal que veio também de Brasília, mais de 1.000 pessoas fizeram mutirão, uma varredura em Paranaguá, e nessa varredura até constataram realmente alguns casos da doença de famílias que achavam que com um remédio caseiro resolviam o problema. Foram levados à Santa Casa, atendidos, e já estão totalmente fora de qualquer perigo.

Então, Senhor Presidente Senhores Deputados, este é um relatório preliminar que estamos fazendo hoje aqui, e talvez mais para o final de semana, com a evolução dos fatos, a gente possa fazer um relatório mais completo da atuação desta comissão, que mais uma vez eu agradeço a atenção dos Senhores Parlamentares, do nosso 1º Vice-Presidente, Deputado Nelson Justus, do Deputado Angelo Vanhoni, Marcos Isfer, Hidekazu Takayama, que prontamente na quinta-feira pela manhã pegamos o rumo da estrada, lá estivemos sentindo de perto, e vendo a situação de calamidade pública que se encontram algumas áreas de Paranaguá.

E hoje, só para concluir, agora sim, uma fila de mais de trinta quilômetros de caminhões que vão descarregar no porto de Paranaguá. É um outro desafio, é o desafio da modernidade, é o desafio para implantação de alguma melhoria do atendimento ao caminhoneiro, porque enquanto ele não encontrar lá no pátio, Senhores Parlamentares, ele não recebe a sua diária.

Se ele fica um dia na estrada parado ele perde essa sua diária, prejuízo para os caminhoneiros, daí

porque é necessário que o Porto de Paranaguá também, a sua superintendência verifique de perto toda essa situação.

Era isso Senhor Presidente.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no Pequeno Expediente com a palavra o Deputado Caíto Quintana.

#### O SR. CAÍTO QUINTANA

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Na quarta-feira da semana passada estava escrito no Pequeno Expediente para tratar de um assunto específico que diz respeito a Usina de Salto Caxias, à reivindicação de pequenos comerciantes na área de Salto Caxias.

Naquele dia a Assembléia estava tomada por produtores ortifrutigranjeiros do cinturão verde de Curitiba, e em briga com o Grupo Sonae.

E como exigia uma atitude firme, posicionamento imediato da mesa, nós inclusive declinamos do pronun-ciamento da solicitação que faríamos a esse plenário.

Senhor Presidente, Senhores Deputados e meu amigo particular Deputado Rossoni, que representa a liderança do governo, acho que nós temos um problema a ser resolvido. Há uma reivindicação que não é de hoje, não é fruto do oportunismo do fechamento da barragem, vem se arrastando ao longo de muito tempo.

Nós já participamos desse movimento com uma série de parlamentares, entre os quais o Deputado Nereu Moura, que aqui está presente. Atualmente reforçado com a participação de Deputados como o Amorim, o Litro, que estão iniciando o seu mandato, o Edgar Bueno e uma série de Deputados, numa questão de difícil solução, porque é difícil demitir.

Um proprietário ribeirinho de uma usina - você tem um parâmetro que é o alongamento da sua terra - e a COPEL foi generosa, nós reconhecemos isso, no processo de pagamento daqueles que tiveram as suas áreas invadidas. Consegui permitir que essas pessoas, ou no local ou fora dele, dessem continuidade às suas vidas. Mas restou, indiscutivelmente, em compromissos previamente assinados, que a COPEL faria uma avaliação dos prejuízos causados aos pequenos comerciantes. E quando falo pequenos comerciantes Senhor Presidente, Senhores Deputados, são pequenos mesmo! Porque pode até ser um comerciante médio, lá para a região, mas no cômputo geral do Paraná, da economia do nosso Estado, são pequenos comerciantes necessários ao desenvolvimento das comunidades. Comunidades, que às vezes, têm uma única farmácia, uma única firma que vende calçados: botas e

coturnos; comunidades que têm a necessidade da permanência de um pequeno comerciante.

Esse pequeno comerciante está pleiteando uma pequena indenização momentânea para que ele possa fazer renda frente a essa ruptura do número de clientes que tem nessa sua atividade. É um valor irrisório, baixo e negociável. E o que nós podemos fazer é sentar e conversar sobre essa possibilidade.

Não podemos esperar que uma greve de fome, que já se vai mais de oito dias, seja desconhecida por nós como se fosse um fato que não aconteceu.

Curitiba inteira se mobilizou na imprensa, na televisão e está desenvolvendo órgãos governamentais para analisar se tira ou deixa o jacaré no parque Barigui. Se nós tivéssemos quatro ou cinco animais amarrados numa estaca, na frente do Palácio, seguramente organismos de defesa dos animais estariam preocupados, pela sede ou fome, que eventualmente esses animais estivessem sentindo.

Será que nós não teremos sensibilidade para entender que num ato de desespero, representando um conjunto de um movimento, pessoas estão aí na expectativa de poder conversar e colocar os seus pontos de vista?

A avaliação de onde fica a justiça, Deputado Rossoni, acho que tem de ser medida. Não podemos deixar esse fato avançar sob pena de estarmos virando as costas a uma reivindicação popular. Ela tem que ser atendida e conversada.

Hoje saiu do Palácio, invade, pelas informações que tenho, a sede da COPEL - começa a criar um clima de animosidade, de diferença e confronto, coisas que não levam vantagem para ninguém. Acho que a própria COPEL, no encerramento, no fechamento da barragem, na abertura das primeiras turbinas, comemorando uma grande obra - e foi uma grande obra, não quer encerrar isso com o confronto com pequenas dificuldades momentâneas, que precisam ser solucionadas.

Então, quero pedir, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares que encaminhe à Mesa a votação de um requerimento, que criemos aqui, suprapartidariamente, uma comissão de Deputados que possa apoiar e ajudar esta negociação, conversar. Porque quando a COPEL coloca...

### O Sr. Valdir Rossoni

Cedo parte do horário da Liderança do Governo para que eu possa ter o aparte e participar.

Deputado Caíto, é importante, V.Exa. coloca aqui que é necessária a negociação. Só que para se ter uma negociação tem que ter limites e seriedade no movimento. Outro dia, quando me pronunciei sobre esta questão aqui, tive todo cuidado para, de repente,

não colocar algo que viesse se tornar agressivo às pessoas que estavam aqui. Mas a grande verdade deste movimento é que está faltando seriedade. Dentro deste movimento tem alguns proprietários que foram classificados por uma comissão multidisciplinar que têm direito, sim, às indenizações. Mas estas pessoas estão sendo impedidas, por este movimento de receber, para que eles não fiquem isolados.

A minha região foi contemplada com duas usinas, e eu não entendo como se indeniza o comerciante A e não se indeniza o comerciante B, dentro do perímetro urbano de uma cidade. Deputado Caíto Quintana, este grupo multidisciplinar era formado por todos os representantes das entidades daquela região, inclusive com a presença de um Deputado do PT, o Deputado Irineu Colombo. O Deputado Colombo teve oportunidade, aqui nesta Casa de se pronunciar, e dizer que o movimento não era legítimo. Além disso este grupo era quem decidia todas as ações da COPEL. Não foi a COPEL que disse: - Nós vamos indenizar apenas 1.500 metros. Não, foi este grupo que definiu que os comerciantes até 1.500 metros teriam que ser indenizados, e não foram.

Agora a COPEL está colocando da seguinte maneira as negociações, não está se negando a negociar, ela está dizendo, que é hoje Presidente interino da COPEL, na ausência do atual, do Ingo, onde ele diz que qualquer pessoa que se sentiu prejudicada e comprovar legalmente, com documento, a COPEL está disposta a negociar.

E a outra via, Deputado Caíto, V.Exa. sabe muito melhor que eu, com a experiência que V.Exa. tem, se eu me sentir prejudicado e a outra parte não quiser me indenizar, existe uma via que é a mais legal, é a Justiça. Esta invasão de hoje demonstra, e V.Exa. deve ter sentido aqui hoje, nos meios políticos, que este movimento não encontra ressonância nas suas reivindicações. E quando isso acontece, Deputado Caíto, nós temos que ter a responsabilidade para não dar guarida a uma indústria de indenizações ou de reivindicações que não sejam verdadeiras.

Eu sei, V.Exa. colocou muito bem, quando disse que é difícil achar o que é certo e o que é errado. Por que não a Justiça? Por que nós arbitramos em cima de algo que já foi encerrado? Este movimento surgiu após o encerramento do GEM, do grupo de estudos multidisciplinares. Eles se reuniram, fizeram uma ata onde disseram que todas as ações definidas por este grupo estavam encerradas e foram cumpridas, religiosamente, pela COPEL.

Segundo informações que nós temos, Deputado Caíto Quintana, é que existe no meio desse grupo - e é por isso que alguns não estão podendo receber indenizações, porque eles têm direito e estão sendo pressionados a não receber indenização

- infelizmente eu tenho que confirmar para V.Exa., é falta de legitimidade no movimento, porque muitos acham que este é um movimento, fadado a não cumprir o seu papel porque não tem legitimidade. V.Exa. sabe qual é a palavra que eu gostaria de dizer aqui mas não vou dizer para não me tornar agressivo e muito pesado.

Mas, que fique claro, a COPEL em nenhum momento se furtou a negociar, desde que as pessoas comprovem legalmente, prejuízos lá existentes. Formarmos uma comissão aqui, neste momento, Deputado Caíto Quintana, será que não estamos nos tornando também membros de um movimento que não tem nenhuma legitimidade? Porque senão, daqui a pouco os moradores do município da minha querida Bituruna, que foram prejudicados pela usina de Foz do Areia, e se acham prejudicados, também têm direito de virem aqui, invadir a COPEL, invadir o Palácio Iguaçu e reivindicar uma indenização, porque conheço centenas de agricultores que foram indenizados naquela usina, que tinham recursos para comprar um pedaço de terra, e não o compraram porque a COPEL, naquela oportunidade, não conduziu da forma que conduziu Salto Caxias, e hoje são trabalhadores de indústrias em Bituruna. Outros, que se tornaram comerciantes, estão falidos.

Se abrímos esse tipo de exceção para comerciantes que se acham prejudicados a 20, 30 quilômetros da construção dessa usina, que indiretamente muitas pessoas foram prejudicadas, inclusive taxistas. O taxista que não leva mais o trabalhador da cidade para a usina. E várias outras situações eu poderia citar aqui de pessoas que podem se sentir prejudicadas.

Deputado Caíto Quintana, quero dizer para V.Exa. que não concordo com o seu requerimento, lamentavelmente, porque jamais darei apoio a um movimento que não tem legitimidade. Prova disso que nós temos as autoridades daquela região, que são prefeitos, vereadores, e com muito cuidado nos falamos na surdina, que não é possível que esse movimento prospere, porque atrás desse movimento tem advogados, pessoas que só querem legitimar o que não é legítimo e extorquir dinheiro público que nós não podemos dar guarida. Quero dizer para V.Exa. que nos posicionaremos contrários aos seus requerimentos, apesar de entender a sua manifestação humana, mas legalmente gostaríamos que essas pessoas procurassem a justiça, porque na justiça nos curvaremos, seja qual for a decisão.

É essa a posição do governo e eu faria uso da tribuna, mas já fiz uso desse aparte e agradeço a sua boa vontade. E se faltar tempo terei o restante do tempo da liderança do governo.

Obrigado, Deputado Caíto.

## O SR. CAÍTO QUINTANA

Deputado Rossoni, entendo o seu ponto de vista, acho que os pontos de vistas, discussões levantadas - e têm que ser levantadas num nível que permita uma discussão porque afinal de contas a nossa proposição é uma proposição de solução de um impasse, e não uma posição de situação ou oposição. Nós tentamos com isso deixar de ignorar um fato que está acontecendo, não ouviu, V.Exa. e não ouvirá de minha parte nessa tribuna, qualquer tipo de acusações contra a COPEL, contra a Usina ou contra o fato em si. Concordo plenamente. A proposta de uma discussão é exatamente para podermos distinguir quem tem direito e quem não tem direito, porque enquanto ficarmos imaginando direito de alguns e questionando direitos de outros sem sentar e medir até mesmo os estudos que anteciparam a construção da usina das indenizações, nós estamos deixando de atender uma reivindicação.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, como é que um pequeno comerciante vai provar prejuízo em razão da usina? No meu ponto de vista, se um comerciante juntasse notas, balanço de antes de usina e mostrasse prejuízo, ele estaria validando do Governo, porque o prejuízo vai acontecer pós-fechamento da barragem. O prejuízo vai acontecer daqui para frente. O que tem acontecido eventualmente, hoje, é parte do que vai acontecer no futuro. Porque é claro que os nossos municípios estão esvaziando, e, esvaziando, estão ficando sem clientes, sem comprador, que é o que move o comércio, o que move a indústria. Estive nesse fim de semana, passando pelo Município de Cruzeiro do Iguaçu e Boa Esperança do Iguaçu, onde tivemos uma reunião, com sinceridade, pelas faixas colocadas nas ruas, há apoio populacional, sim! Os municípios ficam preocupados com a capacidade de continuidade de uma pequena empresa. Se alguém teve um prejuízo, compensa o prejuízo. A COPEL está dando lucro para o Estado de São Paulo há tanto tempo e nós não conseguimos cobrar o ICMS da energia gerada em cima da terra de cidadão do Paraná. Como é que não podemos compensar aqui, na base? Coloca na planilha de custo essa energia, que pague o consumidor de outros Estados, que não está pagando impostos. Por que sacrificar o pequeno proprietário? Acho que num plano de uma discussão profunda, quem não tem direito não recebe, quem tem direito recebe. Mas não pode ser dentro do projeto.

Olha! Quantos comerciantes do Estado do Paraná, grandes industriais, grandes comerciantes, não conseguiram cobrir, mostrar o prejuízo de uma inundação ou de um incêndio em parte da sua loja, porque exatamente não tem a contabilização completa e correta da entrada e da saída? O pequeno comerciante que está dispensado disso, porque está embutido dentro do SIMPLES, pagando taxa fixa

por mês, jamais poderá provar, Deputado Rossoni, o prejuízo. Esse é o problema. Por isso que, não havendo esse dado concreto, o dado político fosse dado como solução, para mostrarmos que Salto Caxias continua sendo justo, do começo ao fim.

Vou manter a proposta da comissão, Deputado Rossoni, entenda Vossa Excelência, sem nenhum espírito de criar política, de valorizar quem não mereça, de criar problemas para a COPEL ou para o Governo, até para nós podermos pegar o levantamento e na hora que a COPEL não provar "olha, esse aqui não merece", possamos ser a favor dos que merecem. Porque acho que defendendo aqueles quem têm direito, excluindo os que não têm direito, estamos cumprindo o nosso papel. O meu medo é que nós estejamos aqui, no receio de dar legitimidade, não acredito que uma comissão da Assembléia dê legitimidade, porque ela é apenas representativa para ir lá tentar solucionar. Possamos ter na frente, daqui a pouco vêm 4 ou 5 ônibus do município, 4 ou 5 do outro, fica na frente da COPEL, acontece um entrevero qualquer e nós estamos aqui como representantes do povo alheio aos fatos. O Deputado Nereu está indócil para fazer exatamente essa colocação do risco que nós temos de ser acusados de "não tomarmos nenhum tipo de providência". Aliás, os Parlamentares da região Oeste e Sudoeste, pela imprensa, tiveram algumas acusações nesse final de semana. Dizendo que o pessoal foi para as suas bases deixando a representação da região aqui sem amparo. Então acho que temos que mostrar que não é isso. Vamos formar uma comissão. Se perdermos, perdemos juntos, defendendo interesses da região.

Com a palavra o Deputado Nereu.

#### **O Sr. Nereu Moura**

Deputado Caíto Quintana, pela sabedoria que Vossa Excelência tem, experiência, muito feliz em fazer a justificativa para a constituição dessa comissão. A situação já vem se arrastando, há muito tempo, desde o ano passado. No período eleitoral, nós, justamente para que isso não fosse usado politicamente, pedimos para que o comércio da região deixasse de fazer a pressão. Mas agora, por sugestão do Deputado Anibal Khury e do Deputado Luiz da Silva Litro, foi apresentado na Assembléia Legislativa um projeto de lei autorizando o Governo a pagar ao comércio os prejuízos que terão em função da construção da barragem.

Vossa Excelência falou bem, o problema maior é daqui para frente. Um município com dez mil habitantes, que perdeu três mil habitantes que foram remanejados, justamente porque foram reassentados em outro município, o município perdeu 30% da população. Isso causou um impacto muito forte na vida do comércio deste município.

Por isso que digo que a Assembléia não pode assumir um lado apenas. Deve assumir os dois lados. Uma comissão aqui seria para tentar achar uma saída que representasse um consenso. Agindo de forma responsável, tranqüila, serena, para poder achar um denominador comum que atendesse os interesses da COPEL, do Paraná e, sobretudo, da população que está aí tentando encontrar um caminho que possa resolver esse problema.

Muito obrigado!

#### **O SR. CAÍTO QUINTANA**

Uma proposta importante para ser avaliada é que parte desse recurso se destinasse a um fundo municipal que pudesse gerar, um fluxo de desenvolvimento municipalista, de forma que ninguém perdesse.

É uma questão para ser avaliada, para se discutir, porque da forma como está aqui vai agravar a situação na continuidade.

Muito obrigado!

#### **O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Inscrito ainda no Grande Expediente, Deputado Luiz Carlos Zuk.

#### **O SR. LUIZ CARLOS ZUK**

Senhor Presidente, Srs. Deputados.

Nessa tribuna há vários dias passados, o Deputado Moysés Leônidas levantava a questão do Instituto Médico Legal de Londrina. Ouvimos naquela oportunidade um relato que é o retrato de todo o Estado do Paraná.

Infelizmente o nosso domicílio, que é Ponta Grossa, que atende desde Itararé a União da Vitória, chegando a Campo Largo e encostando lá em Apucarana, com toda essa dimensão onde abrange mais de 50 municípios o I.M.L. de Ponta Grossa atendeu do dia 1º de janeiro até a presente data, aproximadamente, cento e cinquenta casos de mortes, onde os suicídios, homicídios, acidentes, enfim, os cadáveres são levados de toda essa região à nossa cidade.

Infelizmente os reclamos feitos por este Deputado e por outros Deputados não tiveram, até a presente data, a atenção devida por parte do Governo do Estado.

Sabemos das dificuldades em que se encontra o Governo. Conversamos com o Secretário Cândido Martins de Oliveira e ele nos dizia das dificuldades que se apresentavam, principalmente, no I.M.L. do Paraná.

Sabemos, Senhores Deputados, nós que passamos por uma administração de um município como Ponta Grossa, prefeito que fomos, que prioridades e órgãos essenciais e fundamentais da

vida social, pública e administrativa do Estado têm que ter prioridades orçamentárias. A escassez de recursos deve ser substituída, única e exclusivamente por um termo chamado bom senso.

O I.M.L. tem que realmente funcionar, caso específico nós tivemos lá em Ponta Grossa, quando um Secretário de Estado, infelizmente pelo destino que Deus dá a cada um de nós, morreu acidentado na estrada de Palmeira. E lá foi recolhido o Secretário em Ponta Grossa. Não tínhamos, como não temos condições técnicas, laboratoriais, condições mínimas, para que realmente a autópsia fosse feita. O que é que aconteceu?

O corpo do Secretário de Estado, não pode ter a sua autópsia em Ponta Grossa e, foi removido à capital do Estado, porque é tão somente aqui que teria, como tem, a condição mínima de ser feito uma autópsia, que realmente não seja ela questionada.

Crimes em Ponta Grossa, Senhor Presidente e Srs. Deputados, até hoje, não foram solucionados por falta exclusiva de condições técnicas de exumação dos cadáveres.

Basta dizer que na última semana, um crime acontecido há quase dois anos, de uma senhora da sociedade de Ponta Grossa, que foi vítima, não sabe se de assalto ou de vingança. Passaram-se quase um ano e pouco, e somente na semana passada, quando o comércio, quando a indústria deu condições através de doações ao I.M.L. é que foi feita a exumação daquele cadáver, para a retirada da bala, que tinha se alojado na espinha, para ter ela confrontada com as armas apreendidas pela polícia e fazer o exame da balística.

Fora isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, a maior vergonha que Ponta Grossa passa é realmente com o meio de locomoção dos cadáveres. A gasolina é fornecida pelo comércio, pela indústria ou pelas funerárias e, até por esse Deputado que vos fala. Não há uma condição mínima, nem de cota de gasolina.

Acho, Sr. Presidente, que estão entrando com o requerimento, mais um e, aqui peço vênias a esse Plenário, para que aprovássemos a urgência desse requerimento, que não é para Ponta Grossa, não é para Londrina, que nós tomamos conhecimento, é para todo o Paraná, do interior, que não tem a mínima condição de funcionalidade.

Concedo o aparte ao Deputado Moysés Leônidas Oliveira.

### **O Sr. Moysés Leônidas Oliveira**

Deputado Zuk, quero cumprimentar Vossa Excelência, e dizer da necessidade que o Governo do Estado tem para abastecer e atender esta área, que é uma área extremamente sensível, porque trata da questão da morte. Os familiares querem, em

especial na hora da morte ou durante o período da morte, que o morto tenha um pouco de dignidade.

Vou dizer a Vossa Excelência, visitei este final de semana o Instituto Médico Legal, novamente em Londrina, algumas coisas o Governo está atendendo dentro da possibilidade. Mas eles deram uma informação que é extremamente chocante, em especial para os vivos, e quem está aqui como nós, pensando.

O Instituto Médico Legal de Londrina, que não deve ser diferente do de Ponta Grossa, nem daqui de Curitiba, atende também uma área muito grande, de mais de 50 cidades na região.

Quando se trata de ter que fazer uma necrópsia num cidadão que foi encontrado morto, já em estado de decomposição ou quando se trata de afogamento, ou como tivemos nesses dias um cidadão que morreu por ataque de abelhas, tem a necessidade de se fazer radiografias, porque o cadáver já em estado adiantado de decomposição, não é possível fazer a identificação de maneira precisa, então tem necessidade de fazer radiografia.

Imagine Vossa Excelência que no limiar do 3º milênio, terminando esse século, o Instituto Médico Legal de Londrina não sequer (olhem que o homem já foi à lua em 69) um aparelho para tirar Raio X que é hoje a coisa mais banal que existe em qualquer país, até do Terceiro Mundo. Então se a gente tiver que tratar do assunto com seriedade, porque é uma questão de manter a cidadania e sobretudo de respeitar a família do morto, já que se exige um trabalho devidamente técnico, devemos fazer esse trabalho coletivo a nível de Paraná para que tenhamos um atendimento à altura do próprio povo e em especial, do contribuinte sofrido que paga os seus impostos.

Quero fazer coro com V.Exa., quero assinar o requerimento e quero deixar, de viva voz, que, se nós temos condição de aparelhar o nosso sistema penitenciário e se as cadeias estão do jeito que estão, pelo menos o IML que está unido a essa mesma ramificação, que os governos de um modo geral, tenham um pouco de solidariedade e de respeito para com o contribuinte, porque é humanamente impossível assistir apenas o que assisti há algum tempo. Há poucos dias, algum doente vem desenterrando defuntos de um cemitério da cidade de Londrina, um cemitério de pessoas humildes, de baixa renda, por um desvio de ordem mental e psicológica, esse cidadão desenterra, pratica sexo com os defuntos e o Instituto Médico Legal não tem como atender e a cidade vive e convive com esse horror, além da dor que deve dar no familiar quando uma coisa dessas acontece, até pela situação nossa de não tratarmos muito da questão da morte - o latino não fala muito dessa questão - quero dizer que é um assunto preocupante e que a população de

cada um dos segmentos nossos que aqui representamos, espera que a gente levante essa questão e o IML atende desde o cidadão que morre para se fazer autópsia, fazer necropsia, mas com todos os acontecimentos que envolvem a vida e em especial após a morte.

Acho que é um assunto importante que a gente tem que tratar, porque, a par disso, a gente pode elevar essa discussão para um outro melhoramento e em Londrina há uma questão muito séria que é a questão dos laboratórios de toxicologia, quando se trata de atender o próprio Poder Judiciário que fica à mercê de boa vontade. O material que é colhido em Londrina, pasmem senhores, tem que vir até Curitiba para se fazer exame. Acho que Londrina é a segunda cidade do Estado, Ponta Grossa está entre as três maiores e acho que chegou a hora da gente levantar a voz e solicitar do governo, nessa fase difícil da vida nacional e do Paraná também, que tenha, pelo menos, um pouco de respeito com as pessoas que já passaram desta para uma outra vida.

Obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Acredito que não é tão somente por falha do Dr. Francisco, que é o diretor do IML do Paraná. Ele, como todos os serventuários estaduais que trabalham no IML não conseguem, sem condições mínimas de trabalho, realizar aquilo que é necessário. Basta dizer um relato que estarrece a todos nós e a brasileiros que transitam pelo Paraná e pela nossa Ponta Grossa, fazendo a ligação da maior atração turística do Brasil, que é Foz do Iguaçu e suas cataratas. Houve um acidente com uma família de Minas Gerais. Essa família perdeu três de seus entes queridos. Em Ponta Grossa a geladeira não funciona. Houve necessidade de remanejar os corpos à capital do Estado para aqui serem conservados, para depois serem removidos ao Estado de Minas Gerais. Em Ponta Grossa, quando morre alguém que não é identificado nas 24 horas próximas, é enterrado como indigente e muitos reclamos feitos por famílias de desaparecidos foram constatados depois e desenterrados, que seus entes queridos ali se encontravam enterrados como anônimos, porque não portavam, realmente, documentos e não tiveram o tempo hábil, dentro das 24 horas, de irem ao Instituto Médico Legal reconhecer o corpo do falecido parente. Vejam os senhores, se Londrina não tem geladeira - como o próprio Deputado afirmava naquela oportunidade - para conservação daqueles que, infelizmente, morrem; se Ponta Grossa não tem e acredito que outros no Estado também não o possuem, calculem o congestionamento que se encontra o atual IML de Curitiba fazendo a coleta de todo o Paraná daqueles corpos

que não são reclamados e que precisam ser identificados.

Tenho a certeza, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que alguma coisa deve ser feita. E o Governo do Estado, mais uma vez, apesar de reconhecer as dificuldades que se encontra, terá que achar uma solução para este problema que não é nosso. É um problema social onde alguém que tem parente ceifado do seu seio familiar, realmente encontra dificuldade, para que ele, mesmo depois de morto, tenha um atendimento condigno pela prestação de serviço, pela contribuição de impostos e principalmente por aquilo que representa, que é o respeito a um ente querido, mesmo depois de falecido.

Tenho certeza que esta Casa, o Governador, e principalmente o Secretário, sensível que é - Dr. Cândido, através do Dr. Francisco, do IML, haverá de dar condições mínimas de funcionabilidade a Ponta Grossa, a Londrina e a outros quadrantes do Estado para que tenhamos, pelo menos, um respeito àqueles que são tirados do nosso convívio.

Tenho a certeza que o líder do governo - Deputado Rossoni, conhece de perto o que nós estamos falando, porque a sua União da Vitória, a sua Bituruna também pertencem ao IML de Ponta Grossa. E diversos acidentes ocorridos nesta rodovia foram levados à nossa Ponta Grossa, retornando a Curitiba para posteriormente ser entregue à família nestes domicílios para o seu velório e principalmente para o seu sepultamento. Sei que todos os Srs. Deputados haverão de votar e terão a responsabilidade de, no dia de amanhã, cobrar a Londrina, nem a Ponta Grossa, mas cobrar ao Paraná um tratamento digno ao Instituto Médico Legal do nosso Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passa-se ao Horário das Lideranças. No Horário da Liderança do PT, concedo a palavra ao Deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ANGELO VANHONI

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quero me somar primeiramente às palavras do Deputado Algaci Túlio no relato que fez da visita da Comissão de Deputados e de funcionários da Assembléia Legislativa à cidade de Paranaguá, quando foram visitar, in loco, os problemas relativos à epidemia de cólera que se alastra sobre o Estado do Paraná. E de todo o processo de que tive conhecimento naquela tarde de 5ª feira, na manhã e na tarde de 5ª feira, onde foram visitados os lugares, lá o canal da Inhanha, áreas de ocupação de mangue, o problema do lixão, o problema do desenvolvimento industrial da cidade de Paranaguá, as dificuldades que a prefeitura tem na liberação de áreas em função do processo encaminhado ao

IBAMA, ao IAP e o processo que existe naquela própria área autorizada pelos organismos ambientais no Estado do Paraná, mas que, sem sombra de dúvida, trazem prejuízo enormes para o meio ambiente daquela cidade.

Mas, agora o que eu venho relatar é o descaso com que o Governo do Estado vem tratando a questão da cólera no nosso Estado.

De um lado, assistimos o Governador do Estado do Paraná se dirigir à cidade de Paranaguá, e a tirar uma fotografia e estampar nos principais jornais do Estado do Paraná onde o foco do cólera estava instalado. Uma das regiões mais pobres da cidade de Paranaguá.

É preciso dizer que nesses 4 anos e 4 meses de Governo do Senhor Jaime Lerner, na realidade é a quinta vez que o Governador vai à Paranaguá.

Na primeira vez, em 1995, o Governador foi a Paranaguá, pousou no aeroporto de Paranaguá, e do aeroporto pegou o helicóptero e foi para a Ilha das Cobras passar o final de semana, em uma ilha que tem uma casa para o deleite do governante do Palácio Iguaçu.

No ano de 1996 Jaime Lerner voltou a Paranaguá. A população de Paranaguá esperava que o Governador, no ano de 96, estivesse para cumprir algumas promessas que foram feitas durante a campanha. A população, inclusive esperou o Governador com certo júbilo, e para decepção da população de Paranaguá, o governador pousou com o avião no aeroporto, ali nas casas populares, em Paranaguá, novamente pegou o helicóptero e se dirigiu à Ilha das Cobras.

No ano de 97, o Governador visitou mais uma vez a cidade, porque alertado pela assessoria da Casa Civil do Palácio Iguaçu, de que Paranaguá, tinha sido responsável, do ponto de vista proporcional a uma votação esplêndida por parte do Governador Jaime Lerner, fez quase 805 dos votos na cidade de Paranaguá. neste ano, o Governador se dirigiu a esta cidade com um novo entusiasmo, novo empenho, no sentido de, desta vez manter algum contato com a população.

Em 97, o governador, no mês de maio, o chamado veranico de maio, o governador pousou novamente com seu avião, avião alugado, não e nem avião do Estado, mas um avião alugado pousou no aeroporto, ali nas casas populares. Ficou 30 minutos no aeroporto e pegou o helicóptero, desta feita é o helicóptero toda a população de Paranaguá percebeu: Bom! Pelo menos desta vez o helicóptero não vai levar o Governador para fazer qualquer descanso na Ilha das Cobras porque lá tem uma casa, eles levam o pessoal da área da cozinha, tem um "gourmet" que prepara a boa comida para o Governador Jaime Lerner para a sua esposa a Secretária da Criança, Senhora Fani Lerner e tam-

bém outros convidados. Desta vez o helicóptero não se dirigiu para a Ilha das Cobras, então, a população de Paranaguá ficou certamente apreensiva, com certo júbilo. Bom!, Agora o Governador vai sobrevoar a cidade de Paranaguá, para ver os problemas da cidade. O helicóptero saiu em direção oposta à Ilha das Cobras, e para desencanto dos paranguaras o helicóptero foi até o Salto do Morato que é uma cachoeira, perto de Guaraqueçaba, esse salto agora é quase de propriedade do Boticário, uma indústria de perfumes do nosso Estado, que em parceria com os americanos toma conta da região ali do Salto do Morato.

E lá o Governador assistiu o quanto é bela a natureza do Salto, tirou fotografias, apareceu o Governador Jaime Lerner junto com o pessoal do Boticário, e também com o representante se não me engano lá dos Estados Unidos, para ver verba de preservação da natureza.

Pois bem, chegou o ano de 1997, vem o ano de 98, época de eleição novamente.

Agora no ano de eleições, o povo de Paranaguá pensou: bom! Agora o Governador vem aqui em Paranaguá e vai tomar pé da situação que passa a nossa cidade.

E realmente agora aqui, se não pode cumprir nesses 3 anos que passaram, as promessas que fez quando foi candidato, pelo menos agora ele venha renovar as promessas, venha dizer ao povo de Paranaguá que teve alguns problemas no seu governo, que não pôde atender tudo, que o Estado do Paraná tinha muitos problemas, o Governador estava fazendo uma transformação muito grande no perfil econômico do nosso Estado.

Começou por São José dos Pinhais, pela cidade de Campo Largo e com o passar do tempo iria atingir o interior do Estado, agora já estava em Piên.

Mas, no ano de 98, no início o Governador deu uma esperança.

No final de 97 o Paraná inteiro assistiu o Rafael Greca, o Cássio Taniguchi, o Governador Jaime Lerner, enfim, todas as lideranças, dizendo o seguinte: "os Senadores do Paraná que traem o povo, não permitem a liberação de verba já acordadas com o Banco Japonês Overseas para a liberação de recursos para o Estado do Paraná". Os Senadores na época argumentavam que o Estado do Paraná não tinha como conceder aquela liberação de verbas, porque eles não apresentavam o endividamento do Estado e nem o protocolo firmado com a empresa Renault.

Mas, foi tanto, o Paraná já assistiu, os senhores todos já sabem dessa pendenga, na realidade, depois os empréstimos foram aprovados pelo Senado Federal. Desses empréstimos, um é do Banco Japonês: 250 milhões de reais destinados ao

saneamento ambiental. Aí o Governador do Estado se dirige ao litoral do nosso querido Estado do Paraná, que é um litoral pequeno, mas importante para nós paranaenses, e anuncia: 64 milhões em saneamento básico para o litoral do Estado do Paraná, 64 milhões. Foi instituído o programa, através da Secretaria do Meio Ambiente, na condução do Sr. Hitochi Nakamura, chamado Baía Limpa. Deputado Nelson Justus, o senhor, acho que fez parte do lançamento desse programa, se não me engano Baía Limpa - e aí o pessoal da área do Governo possa me repreender ou reformular a minha visão - o Baía Limpa se trata do convencimento dos pescadores aqueles que estão trabalhando junto aos manguezais, nas áreas de risco, para que tenham uma educação no sentido de não jogar lixo, não jogar pacote de leite, não jogar latinha, não jogar alguma coisa para não poluir a baía, para que a baía seja uma baía limpa, uma baía viva. Além disso, estão previstos, se não me engano, alguns outros investimentos na área de saneamento básico. Pois bem, para Paranaguá, o Governador foi lá e anunciou isso, e não visitou mais Paranaguá. Então, de 04 anos de Governo, nem no comício que o Governador ia fazer em Paranaguá, teve coragem de ir, me parece faltou, desculpem a expressão, coragem, porque o povo de Paranaguá já estava completamente perplexo. Um Governador do Estado que anunciou que iria fazer uma Faculdade de Engenharia Naval, iria fazer um estaleiro, que iria remodelar todo um terminal do ponto de vista ferroviário, para a condução de mercadorias, ter mais acesso na área do litoral. O Governador visitou 04 vezes, 03 delas, 02 foi para Ilha das Cobras, e nós temos notícias lá em Paranaguá, 01 foi para o Salto do Morato e a outra não foi em Paranaguá, mas foi no litoral do Estado e anunciou o Programa Baía Limpa.

Deputado Nelson Justus, Deputado Algaci Túlio, em Paranaguá temos perto de 45 mil domicílios, isto é, casas onde moram pessoas, se tomarmos por base casas onde moram 03 pessoas vamos fazer uma conta que é a seguinte: Paranaguá, hoje, tem perto de 160, 150 mil habitantes, que é o número que o IBGE dá que as estatísticas dão, 150 mil habitantes. Bom, desses 150 mil, então, são 40, que seja, 38 mil domicílios; Paranaguá tem 15% de coleta de esgoto, da coleta de esgoto deve ter, hoje, aqueles caras lá não me enganam, daquela companhia privatizada, que a Prefeitura privatizou, deve ter hoje uns 3% de esgoto tratado.

A casa do meu pai, a casa do meu avó, a casa da minha mãe, do esgoto da nossa residência, que é uma residência que não está na área de mangue, está numa área central da cidade, o esgoto sai e vai direto para as águas pluviais. Aí, perguntamos para o rapaz que cuida: "Bom, e das águas pluviais vai para onde?" - Bom, das águas pluviais, como não

tem estação de tratamento, vai direto para os rios e dos rios vai direto para o mar." Então, significa o seguinte, e me pergunto: será que o Governador Jaime Lerner, será que o Secretário do Meio Ambiente, Hitochi Nakamura, será que as autoridades que pensaram em aplicar sessenta e quatro milhões de reais para fazer saneamento ambiental, não têm o mapa do Paraná e não vêem que Paranaguá tem 1250 mil habitantes, Antonina tem 20 mil habitantes, Morretes tem 17 mil habitantes? Me pergunto qual é a lógica de um analista de meio ambiente que olha os problemas sociais e não percebe o seguinte: veja os números, Baratter. São 64 milhões.

Estive agora em Paranaguá e os técnicos da companhia de água e esgoto privatizada, Águas Paranaguá, disseram que com quinze milhões de reais eles completam a coleta de esgoto com tratamento de perto de 30 mil domicílios na Cidade de Paranaguá. Eu pergunto: Se o Estado do Paraná se endividou, alocou não sei aonde, porque não disse até agora onde alocou 64 milhões, se na maior cidade, naquela que tem o maior problema ambiental não foi aplicado um único centavo e sabemos que, com 15 milhões de reais fazemos um plano de canalização de esgoto, de tratamento de esgoto, de saneamento básico para as pessoas que lá vivem? Pergunto: está faltando técnico no Governo do Estado, está faltando assessoramento por parte do Governo do Estado Senhor Governador Jaime Lerner porque não acredito que tenha sido desembolsado 64 milhões de reais e não tenham feito um único quilômetro de saneamento básico na Cidade de Paranaguá. Não fez cem metros!

E, não adianta a desculpa técnica porque, esta desculpa é igual aquela, tem a mesma lógica de dizermos que o vibrião da cólera é municipal ou estadual.

A realidade é que Paranaguá, Deputado Valdir Rossoni, e receba isto como um alerta, como uma crítica construtiva: o Governo do Estado perdeu a capacidade de entender o que é prioritário na vida humana. Quem gasta 400 milhões em propaganda, quem gasta 87 milhões na Costa Oeste, um milhão de reais para fazer um anúncio na televisão para noticiar Salto Caxias, pergunto qual é a lógica do anúncio de Salto Caxias que não seja o endeusamento do ego do governante? Porque Salto Caxias, do ponto de vista concreto, a sua propaganda em veiculação nacional, não traz benefício para ninguém do Estado do Paraná, só traz para um governante que quer dizer para o resto do Brasil que está governando, e não é verdade. Salto Caxias foi contratada no Governo Álvaro Dias. Foi ele quem dispendeu os recursos técnicos e contábeis do Governo do Estado do Paraná, através da COPEL, para fazer todo o encaminhamento de Salto Caxias.



**(Usa o Horário da Liderança do PDT)**

Então, não tem nada a ver o Governo do Paraná dispende um milhão de reais enquanto o Prefeito de Paranaguá, Mário Roque, o Governador tira fotografia com ele na pobreza. Pela primeira vez na história destes últimos quatro anos, vi o Governador Jaime Lerner tomando conhecimento de que existia pobreza no Estado do Paraná por que há muitos anos ele não visita uma zona de risco, uma área de excluídos na Cidade de Curitiba ou no resto do Paraná.

Talvez a cólera tenha servido para chamar a atenção, de uma forma definitiva, sobre os problemas sociais que tem o Estado do Paraná. Não é nenhum sinal branco ou verde, é como alguém já disse, a cólera é o sinal vermelho para este Governo.

Temos que inverter as prioridades, o Governo tem que ser mais transparente, o Governo tem que entender que problemas sociais existem e a vida das pessoas está em risco. Subiu para 400 casos de cólera e não adianta o Secretário - que é um homem sério e desempenha uma função política, o Secretário Armando Raggio - dizer que a cólera está controlada por questões estatísticas e não sei o quê mais. De lá para cá já aumentaram 90 casos. De 300 passaram para 400 e pode passar para mil.

Bastava um caso de cólera no Estado do Paraná para que a Assembléia Legislativa, a sociedade alertasse o Governo para o descaso que faz com as questões sociais do nosso Estado. Não posso aceitar como que um Governo prefere pagar um milhão e meio para fazer propaganda de Salto Caxias que não traz nada de concreto para o povo do Estado do Paraná, a não ser fazer o elogio do governante e não dispende um único centavo para saneamento básico no litoral do nosso Estado, em que pese o resto do litoral, para Paranaguá não tem um único centavo para saneamento básico. Aliás, o Prefeito tem toda a razão, a principal escola de Paranaguá está fechada. É uma escola chamada Instituto de Educação Caetano Munhoz da Rocha. Algum dos senhores sabe quem foi Caetano Munhoz da Rocha? Sabe? Foi um Governador do Estado. É a nossa memória. Está fechado hoje, por interdição da Prefeitura e do Ministério Público, porque está caindo o Instituto de Educação, o maior patrimônio histórico.

Já vou conceder os apartes que estão me pedindo porque os senhores têm muito a que responder mesmo porque os senhores defendem um Governo que não está fazendo nada, pelo contrário, está permitindo que o Estado do Paraná se decomponha. Decomponha-se financeiramente, decomponha-se do ponto de vista daquilo que a gente deve preservar que é minimamente que é nosso, como o Instituto de Educação Caetano Munhoz da Rocha.

Então, pergunto: Para que serve este Governo, a não ser para gastar de maneira errada o dinheiro público do Estado do Paraná? Precisamos fazer uma reflexão. Os Deputados da Situação precisam fazer uma reflexão com a equipe do Governo, com o Governador, e chamar a atenção do Governador. Governador, o senhor está sendo profundamente mal assessorado. Os paranaenses têm muitos problemas e nós temos tempo e temos recursos para enfrentá-los.

**O Sr. Valdir Rossoni**

Permite um aparte, Deputado?

**(Assentimento)**

Deputado Vanhoni, ouvi a primeira parte do seu pronunciamento com extrema preocupação. Conheço Vossa Excelência, Deputado responsável, sério, trabalhador, combativo. Quero esquecer a sua primeira parte porque se não terei que colocar um detetive ao lado de Vossa Excelência para que eu possa vir aqui uma vez por mês relatar os uísques, os charutos cubanos que Vossa Excelência vai fazer uso.

Então, acho que a parte sádica do seu pronunciamento vou esquecer porque não é própria da sua pessoa. Quando Vossa Excelência entrou na segunda parte eu acho que Vossa Excelência fez com que os Deputados...

**O SR. ÂNGELO VANHONI**

Vossa Excelência está falando da Ilha das Cobras?

**O Sr. Valdir Rossoni**

Não. O que Vossa Excelência fez aqui na segunda parte, Vossa Excelência realmente tem uma posição contrária ao Governador, fez suas críticas que não concordamos, mas colocou com responsabilidade, fez com que os Deputados ouvissem com atenção, mas agora, a primeira parte ficou inócua, e não é próprio da sua pessoa, quer dizer que Vossa Excelência não faz parte da escolinha do Professor Raimundo. Vossa Excelência faz parte de uma outra classe de pessoas responsáveis que tenho grande consideração.

E quero dizer só o seguinte: não sou um expert em Paranaguá e quem sou eu para discutir Paranaguá com Vossa Excelência que tem seus pais lá? É o mesmo que Vossa Excelência vir discutir União da Vitória ou Bituruna comigo. Então, fica difícil.

Mas só quero dizer algo que acho importantíssimo que se diga neste momento. A responsabilidade da cólera, claro que é do Governo do Estado, é do Governo Federal, é do Governo Municipal, é nossa responsabilidade. Em nenhum momento fugimos da responsabilidade. Agora,

Vossa Excelência sabe muito bem que o poder de concessão do tratamento de água e de esgoto é da Prefeitura Municipal e quando concessionou ou privatizou a sua empresa ela impossibilitou o Estado de fazer investimentos na questão do saneamento e do tratamento de água. Vossa Excelência sabe mais do que eu, tenho certeza. E quando Vossa Excelência diz que pelo Paraná não foram feitos investimentos lá em Paranaguá, estou entregando hoje, se Vossa Excelência assim o permitir, não sou engenheiro, um técnico expert em saneamento, estou entregando hoje como resposta a um requerimento do Deputado Edgar Bueno um relatório que recebi da Secretaria do Planejamento onde faz uma descrição, um resumo da questão do PARANASAN e tenho certeza que Vossa Excelência lendo isso aqui vai mudar um pouco a sua opinião. Concordo com Vossa Excelência quando diz que tem que ter mais investimento em saneamento. Qual é a cidade do Brasil em que não há necessidade de mais investimento em saneamento? Em todas as cidades brasileiras se fazem necessários. Agora, quando concessionaram, ou privatizaram a empresa lá de Paranaguá, simplesmente a SANEPAR, que é a empresa que trabalha neste setor, foi desqualificada, não aceitaram que ela participasse. Talvez se tivéssemos hoje a SANEPAR trabalhando em Paranaguá, pode ser que o problema não tivesse sido resolvido e estivesse lá o cólera, mas poderíamos estar dizendo de 20 ou 30% do saneamento básico daquela cidade estava sendo realizado.

Então, Vossa Excelência sabe muito bem que a Companhia de Paranaguá é privada, é responsabilidade da Prefeitura Municipal, e que hoje legalmente o Estado está impossibilitado de investir, porque senão ele estará dando subsídios para essa empresa.

Então, vamos ter - como Vossa Excelência é um defensor de Paranaguá e Vossa Excelência usando a sua inteligência, e tenho certeza, contribuindo com o Governo do Estado - que achar uma forma legal para podermos investir em Paranaguá, ou exigirmos daquela empresa que aja, porque senão terá que ser cassada a concessão pela Prefeitura Municipal, a concessão, é importante que se diga, é de inteira responsabilidade da Prefeitura de Paranaguá. Depois entrego a Vossa Excelência esse relatório, como entregarei ao Deputado Edgar Bueno para que Vossa Excelência tenha conhecimento dos números.

Obrigado pelo aparte.

**O Sr. Marcos Isfer**

Vossa Excelência me concede um aparte?  
(Assentimento)

Agradeço o aparte, Deputado Ângelo Vanhoni e gostaria de registrar algumas coisas. Primeira. Vossa Excelência fala que o Governador não tem ido a Paranaguá e isso não é verdade, Vossa Excelência citou inclusive o comício e gostaria de lembrar a Vossa Excelência que nesse dia havia uma chuva torrencial e estivemos com o Senhor Governador em Paranaguá naquela noite e havia, por incrível que pareça, mais gente ali próximo, apesar de toda a chuva, do que em muitos outros comícios lá realizados.

Gostaria ainda de dizer a Vossa Excelência, e Vossa Excelência esteve junto conosco naquela comissão e ouviu a revolta da população quando reclamava dos recursos que teriam sido enviados ainda na gestão anterior da Prefeitura Municipal de Paranaguá, antes dessa do Prefeito Mário Roque, de cento e oitenta mil reais para que fosse terminado o canal, e até hoje o recursos não apareceram e a obra tampouco, o que acabou motivando uma briga na Câmara Municipal de Paranaguá.

Gostaria ainda, como disse bem o nosso Líder do Governo, Valdir Rossoni, lembrar que a CAGEPAR é privatizada e há condições de obter esses recursos junto ao BNDES, aonde já está cadastrado essa empresa, e inclusive o Governador Jaime Lerner já hipotecou, se necessário, o seu apoio para que esses recursos venham o quanto antes para essa empresa, para que ela cumpra com o seu cronograma de obras e possa resolver esse problema do esgoto, do saneamento básico de Paranaguá. Agora, Vossa Excelência mesmo cita que até hoje Paranaguá tem cerca de 3% do seu esgoto tratado, isto me parece um descaso muito antigo de todos os governos para com o nosso litoral, para com a nossa Paranaguá. Há necessidade, sim, Deputado Ângelo Vanhoni, de que seja feito muito mais ainda, muito mais do que o Governador já fez, por exemplo, com o Porto de Paranaguá aonde está sendo remodelado todo o corredor de exportação nesse momento, dando uma nova capacidade àquele porto na exportação de grãos. E Vossa Excelência, com relação ao Instituto Caetano Munhoz da Rocha novamente incorre num ato falho. Estivemos ainda no ano passado, tentando recursos do PROEM para esse Instituto, e não houve a possibilidade de atendimento, tendo em vista que o terreno era de propriedade do município e o prédio, do Estado.

Sabe Vossa Excelência que quando isso ocorre, não há possibilidade da aplicação dos recursos do PROEM para recuperação de prédios escolares. Este ano o Prefeito já encaminhou à Câmara um projeto onde ele passa definitivamente esse terreno para a propriedade do Estado, e a partir de então os recursos do PROEM ali poderão ser aplicados.

Então, gostaria de registrar a Vossa Excelência que todo esse esforço é feito por essa Assembléia, pelo atual Governo do Estado com relação a Paranaguá, mas efetivamente temos muito a resgatar. Não seria apenas um quatro anos e quatro meses que o Governador Jaime Lerner poderia resgatar todo um passado de abandono por que passa Paranaguá.

#### O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor Presidente, antes de passar a palavra ao Deputado Edgar Bueno, gostaria de dizer ao Deputado Valdir Rossoni e ao meu amigo Marcos Isfer, que desconsiderem o molho político, porque sou um Deputado de oposição no atual governo e vejo o descaso que o Governo faz com todo o Paraná no que diz respeito a várias atitudes do Governo do Estado. Mas a crítica que trago aqui ao Governador Jaime Lerner, que visitou quatro vezes a cidade de Paranaguá para se dirigir ao Salto do Morato e a Ilha das Cobras, não sou eu que digo, é o que corre lá na cidade.

Deputado Alborghetti, é uma cidade que fica a 70 kms. O passeio é bonito, indo de carro, ou pela Graciosa, pela antiga estrada ou pela nova estrada. O Governador e a sua equipe conhecem. Passar quatro anos, não se reunir com o Prefeito, não chamar os Secretários da Prefeitura, não discutir os problemas da cidade, não ter nenhum gesto criativo no sentido de superar qualquer obstáculo burocrático...

O Governador do Estado, que foi muito bem votado na penúltima eleição - teve 80% dos votos - não tratar essa cidade com carinho, de onde vem a história do nosso Estado? Onde tem talvez o maior acervo do ponto de vista histórico da nossa memória?

O Governador que se preocupou tanto com a história de Curitiba, com a preservação do meio ambiente na nossa cidade, que fez ciclovias, o Parque Barigüi e o Jardim Botânico? Será que o Governador do Estado do Paraná não sabe que existe Paranaguá nas reais condições que essa cidade vive nesses quatro anos?

Desculpem-me a brincadeira da Ilha das Cobras e do Salto Morato, mas a verdade é essa. Não estou trazendo nada de novo. Não estou fazendo nenhuma acusação leviana. A verdade é cruamente essa. Esse tema importa à Assembléia Legislativa, porque Paranaguá não pode continuar sendo desassistida pelo Governo do Estado, como tem sido nesses últimos anos.

Marcos Isfer, receba as críticas, porque sei que Vossa Excelência comunga comigo também. É preciso fazer muito por aquela cidade, pelo que deixou de ser feito nesses anos todos.

Precisamos ter o empenho para que o Governo do Estado, as instâncias de governo realmente percebam que lá o problema é de calamidade pública. É um problema de emergência naquela cidade.

Concedo um aparte ao Deputado Edgar Bueno.

#### O Sr. Edgar Bueno

Quero primeiramente reconhecer o seu pronunciamento equilibrado, dando detalhes da presença do Governador na cidade de Paranaguá. É importante que se ressalte esse inferno astral que vive o Governador neste momento, até porque todos temos muitos amigos, Deputados da base do Governo e sabemos das dificuldades que eles vivem. Não queremos que esse inferno astral possa contaminar esta fase brilhante do Governo, que tem defendido os atos do Governador, aqui, brilhantemente. Isso não pode acontecer porque sei que muitos dos nossos amigos e companheiros serão prejudicados na sua base política.

Imaginei que esse inferno astral, vivido pelo descontentamento pela população de Paranaguá, fosse apenas em Paranaguá. Mas é preciso ressaltar aqui, para ligar nisso, o inferno astral do Governador na sua ida à abertura da exposição em Londrina. Ele foi vaiado na sua saída do Parque de Exposições de Londrina e teve uma passagem relâmpago tanto quanto a de Paranaguá.

É importante dizer e para chamar a atenção, não é para criticar ninguém: onde você estava no dia do blecaute? Foi uma propaganda nacional, de um custo insuportável para um Estado que não consegue pagar as obras do PROEM, porque não tem a contrapartida. Tem o empréstimo internacional à disposição e não tem a contrapartida para dar o desenvolvimento necessário ao PROEM. É muito importante que se ressalte isso.

O problema do PROEM não é só em Paranaguá, como disse o Deputado Marcos Isfer, ele está em todo o Estado. Quando fizemos aqui um requerimento ao Deputado Rossoni, de uma Lei nº 11.214, que a Assembléia Legislativa autorizou o governador a contrair um empréstimo junto ao The Overseas Economic Corporation from Japan, é uma companhia que faria este empréstimo ao Estado do Paraná para saneamento. E o Paraná todo seria contemplado com isso, o dinheiro está à disposição, é possível até que o Governo do Estado não tenha a contrapartida, mas vou receber as informações do Deputado Rossoni, que vai nos entregar onde foram aplicados estes recursos.

Então, quando nós fazemos estas críticas, ou chamamos a atenção e o seu relato foi brilhante, é muito mais para que a gente possa dar um rumo, um caminho para o Estado do Paraná, que o gover-

nador possa fazer uma boa administração e que não venha contaminar esta base do governo. Lógico que nós estamos fazendo o nosso papel de oposição mas nós queremos que o Paraná cresça, que se desenvolva e que não faça injustiças, e que a administração pública do Paraná saia dos convênios, das assinaturas, do papel e da imaginação e venha para a realidade.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

V.Exa. tem um minuto para concluir.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Bom, gostaria de poder conceder aparte ao Deputado Moisés Leônidas e ao Deputado Takayama que conhecem as questões também lá de Paranaguá tanto quanto eu e outros Deputados, que fazem parte desta comissão.

Deixo aqui o meu alerta e gostaria de sugerir à Comissão Executiva desta Casa e ao Deputado Algaci Túlio, que esta Comissão de Deputados, - que foi motivada a sua criação pela questão da cólera, que é uma questão dramática para a população do nosso litoral e talvez, esperamos que não, para o resto do Estado, se transformasse, na informalidade, uma questão permanente sobre as questões da cidade de Paranaguá.

Que nós pudéssemos elencar os problemas e ajudar a população de Paranaguá a superar estes grandes desafios.

Agradeço Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no horário das lideranças, PMDB, Deputado Edson Strapasson.

O SR. EDSON STRAPASSON

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada: gostaria de fazer uso desta tribuna para trazer aqui algumas informações em relação à negociação que está ocorrendo dos nossos agricultores, fornecedores da rede SONAE, que em movimentada Sessão que tivemos na quarta-feira, uma grande mobilização aqui nesta Casa, com apoio integral desta Casa na condução, na defesa da agricultura da região metropolitana e do Estado do Paraná.

Tivemos a satisfação de ver aqui uma abordagem de todos os Deputados, com conhecimento de causa, com sensibilidade e que culminou, no final, com um Projeto de Resolução, que realmente colocou em xeque a situação desse grupo, perante o Estado e sensibilizou, de forma brilhante, todo o grupo da SONAE, para que eles reformulassem a sua atuação perante o governo, perante o Estado do Paraná.

Tivemos, na sequência, na quinta-feira, uma reunião na FIEP, mobilizada pelos fornecedores

industriais do Estado do Paraná, onde se buscou também uma renegociação do contrato de fornecimento, juntamente com os agricultores.

Tivemos também, hoje pela manhã, aqui nesta Casa, com a presença dos Deputados Nelson Justus e Ângelo Vanhoni, os representantes dos agricultores que, juntamente, com a direção da SONAE, sentaram à mesa para discutir, de forma técnica, realmente este novo contrato. E ficamos satisfeitos, quando vemos que a direção da SONAE realmente se sensibilizou perante a questão da agricultura e trouxe uma renegociação onde aquele contrato, leonino, como citamos aquele dia passará a ser revisto com outros olhos, uma abordagem diferente, especificamente enfocando a prioridade e a importância da agricultura. Ficamos satisfeitos, que já na semana passada, tivemos de parte do grupo SONAE a extinção do pagamento retroativo do RAPEL. Minha gente! O posicionamento desta Casa, suprapartidariamente não levando em conta partido ou pessoa, mas sim, fundamentalmente o comportamento e a manifestação de adesão total, essa questão levou a sensibilidade maior que nós tivemos na imprensa, realmente uma comunicação geral e que conscientizou inclusive o próprio consumidor final, onde encontrei pessoas que diziam, citando assunto como importante e não se reportando ao grupo com satisfação, citando, porque realmente o Paraná acima de tudo, deve ser respeitado e priorizado.

Então queremos dizer dessa mobilização; trazemos aqui o louvor a esta Casa, pelos pronunciamento, pelas palavras e pelo apoio que tivemos nesta Casa. Queremos também dizer, que é importante nesse momento o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Agricultura, através da EMATER, que tem um trabalho fantástico no Estado do Paraná, possa, em parceria com os agricultores, com a rede SONAE, estabelecer uma coisa inédita, o Estado avalisando, organizando, criando uma parceria efetiva, para que os nossos produtores realmente tenham estímulo para continuar plantando, produzindo, melhorando a qualidade de seus produtos, aumentando a área plantada e principalmente tendo realmente vontade de manter a sua produção, continuar plantando para que tenhamos aqui na cidade, os produtos que desejamos.

Quero citar aqui, que possamos encaminhar um expediente ao Secretário da Agricultura, que aproveite este momento, para que tenhamos uma participação efetiva, para que esse projeto não passe a ser apenas uma relação entre agricultores e entre a rede SONAE, passe acima de tudo, a ser o estabelecimento de uma representação, de uma união entre agricultores e revendedores, avalisadas e apoiadas pelo Governo do Estado, que tenhamos aqui na região um grande exemplo de apoio à agricultura.

É isso que desejamos, esperamos aqui - nesse momento, estar ocorrendo na FIEP uma reunião, juntamente com os fornecedores, novamente, para se chegar a um acordo. Temos certeza que avançaremos muito, mas não podemos nos descuidar e queremos aqui nessa Casa dizer que precisamos estar atentos, e nesse momento aproveitar a grande oportunidade para realmente estabelecer uma relação de parceria e de apoio para a agricultura da Região Metropolitana e para o Estado do Paraná.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

### ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Irineu Colombo, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Hidekazu Takayama, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Aedmar Traiano, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 455, de autoria dos Srs. Deputados Luiz Carlos Martins, Ricardo Chab, Luiz Carlos Alborghetti e demais Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Superintendente do INCRA no Estado do Paraná no sentido de dar encaminhamento a esta Assembléia do conteúdo da citada Agenda e da legislação em que ela se assenta, nos termos da Constituição Federal cujo artigo 37 determina a publicidade dos atos da Administração Pública para o fim de prevenir direitos democráticos dos cidadãos. **Aprovado.**

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente, comunicando sua desfiliação do PSDB. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

### ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 003/99, de autoria do Deputado Anibal Khury, dispõe sobre recursos mencionados na Lei nº 12418, de 15/01/99 (Comitê dos Jogos Mundiais da Natureza). COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EMENDA SUBSTITUTIVA DA C.C.J.. **Em discussão.**

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Para encaminhar**)

Na semana passada fizemos o encaminhamento de votação, portanto não se faz necessário reproduzir os argumentos utilizados naquela sessão. Só para dizer que o PMDB tem se manifestado contrário aos Jogos Mundiais da Natureza e, por essa razão, os projetos que tratam desse assunto tem voto contrário da bancada do PMDB.

Muito Obrigado.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Quero manifestar em nome da Bancada do PT o mesmo entendimento que a Bancada do PMDB tem a respeito desse projeto, mesmo porque há uma pendência judicial gravíssima tramitando nos fóruns do Paraná de uma empresa que contratou obras do Jogos da Natureza na Ordem de doze milhões de reais.

No primeiro evento essa empresa pegou esse dinheiro e não fez as obras. Empresa chamada Itajuí. Essa empreiteira já fez parte de um processo da CPI da SANEPAR de 1995, quando fez parte dessa CPI. Não vejo porque a Bancada do PT não acompanhar o PMDB nesta votação desse projeto.

Voto contrário do PT em 1ª e 2ª discussão.

Muito Obrigado.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Gostaria de registrar nosso voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Em votação o Projeto de Lei nº 003/99.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Os Deputados que aprovam queiram levantar-se.

Onze aprovam.

Os Deputados que rejeitam queiram levantar-se.

Sete rejeitam.

Não há quórum para a votação, mas há quórum para o prosseguimento da Sessão.

## ITEM 02

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 072/99, de autoria do Deputado Aníbal Khury, que declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária da Vila dos Ofícios Laranjeiras. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Encerrada a discussão. (Publ. no D.A. nº 15, de 16.03.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 072/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Aníbal Khury, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Comunitária da Vila dos Ofícios Laranjeiras.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 06.04.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
DURVAL AMARAL - Relator

## ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 117/99, de autoria do Deputado Beto Richa, que declara de Utilidade Pública o S.O.S. Vida Animal, com sede e foro no Município de Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EMENDA SUBSTITUTIVA DA C.C.J.. **Encerrada a discussão. (Publ. no D.A. nº 17, de 22.03.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 117/99

P A R E C E R :

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Beto Richa, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual o S.O.S. Vida Animal, com sede e foro no Município de Londrina, Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar, somos de parecer favorável na forma de emenda corretiva, para melhor adequá-lo as normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.04.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
ALGACI TÚLIO - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA CORRETIVA AO  
PROJETO DE LEI Nº 117/99

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o S.O.S. Vida Animal, com sede e foro no Município de Londrina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 06.04.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO  
ALGACI TÚLIO - Relator

## ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 121/99, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública o Conselho Comunitário de Segurança Pública do Município de Rio Branco do Sul, com sede e foro no Município de Rio Branco do Sul, Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. EMENDA SUBSTITUTIVA DA C.C.J. **Encerrada a discussão (Publ. no DA nº 18, de 23.03.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 121/99

P A R E C E R :

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Conselho Comunitário de Segurança Pública do Município de Rio Branco do Sul, com sede e foro no Município de Rio Branco do Sul, Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar, somos de parecer favorável na forma de emenda supressiva, para melhor adequá-lo as normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.04.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
ALGACI TÚLIO - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA SUPRESSIVA AO  
PROJETO DE LEI Nº 121/99

Supra-se a expressão "Estado do Paraná", do artigo 1º do projeto.

Sala das Comissões, em 06.04.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
ALGACI TÚLIO - Relator

**ITEM 05**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 131/99, de autoria do Deputado Edson Praczyk, que declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente Cristã, com sede e foro no Município de Curitiba, Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. **Encerrada a discussão (Publ. no DA nº 19, de 24.03.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 131/99

**P A R E C E R :**

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Beneficente Cristã, com sede e foro no Município de Curitiba, Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 06.04.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
MOYSÉS LEONIDAS - Relator

**ITEM 06**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 132/99, de autoria do Deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública o Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá, com sede e foro no Município de Paranaguá, Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. EMENDA SUBSTITUTIVA DA C.C.J. **Encerrada a discussão (Publ. no DA nº 19, de 24.03.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 132/99

**P A R E C E R :**

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Cesar Seleme, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá, com sede e foro no Município de Paranaguá-PR.

Chamada esta Comissão a se manifestar, somos de parecer Favorável na forma de emenda corretiva, para melhor adequá-lo as normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06 de abril de 1999.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
DURVAL AMARAL - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA CORRETIVA  
PROJETO DE LEI Nº 132/99

Fica corrigida a redação da Súmula e do Artigo 1º do projeto, que passa a ser a seguinte:

“Súmula: - Declara de Utilidade Pública o Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá, com sede e foro no Município de Paranaguá.

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá, com sede e foro no Município de Paranaguá.

Sala das Comissões, em 06.04.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
DURVAL AMARAL - Relator

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Sobre a mesa, Requerimento nº 468, de autoria do Senhor Deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 469 e 494, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Kielse, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 13, à hora regimental com a seguinte

**ORDEM DO DIA:****EM VOTAÇÃO:**

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 003, 072, 117, 121, 131 e 132/99

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 071/99

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 007/99

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 002, 065 e 075/99.

Levanta-se a sessão.

**Atas de Comissões:****COMISSÃO DE REDAÇÃO**

1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA  
ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos seis dias do mês de abril do ano de um mil, novecentos e noventa e nove, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a Presidência do Deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior, passando em seguida para a

Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Antônio Baratter apresentou redação final para aos Projetos de Lei nºs 36/99, 37/99, 44/99 e 61/99, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Severo Olimpio Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente para que produza os efeitos legais.

(a) CESAR SELEME

Presidente

SEVERO OLIMPIO SOTTO MAIOR

Secretário

14ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA  
3ª ATA ORDINÁRIA

Aos seis dias do mês de abril de hum mil novecentos e noventa e nove, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Senhor Deputado Basílio Zanusso e com a presença dos seguintes Deputados: Waldyr Pugliesi, Hermes Fonseca, Nereu Moura, Antonio Belinati, Duílio Genari, Marcos Isfer, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho, Algaci Túlio, Moysés Leônidas, José Durval Amaral, Cesar Seleme e mais os Deputados Chico Noroeste, Ademar Traiano, Péricles Mello, Caíto Quintana, Valdir Rossoni e Plauto Miró Guimarães. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 043/99 de autoria do Poder Executivo. O Deputado Valdir Rossoni, após observar muitas dúvidas com relação à matéria, propõe o adiamento da presente até a próxima reunião. O Senhor Presidente coloca em votação a sugestão - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 103/99 de autoria do Deputado Irineu Colombo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Durval Amaral - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 072/99 de autoria do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Durval Amaral - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 132/99

de autoria do Deputado Cesar Seleme. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Durval Amaral, na forma da emenda anexa - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 126/99 de autoria do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Moysés Leônidas - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 131/99 de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Moysés Leônidas - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 117/99 de autoria do Deputado Beto Richa. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Algaci Túlio, na forma da emenda anexa - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 121/99 de autoria do Deputado Hidekazu Takayama. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Algaci Túlio, na forma da emenda anexa - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 085/99 de autoria do Deputado Beto Richa. Parecer FAVORÁVEL da Deputada Serafina Carrilho - APROVADO 10) Projeto de Lei nº 101/99 de autoria do Deputado Irineu Colombo. Parecer FAVORÁVEL da Deputada Serafina Carrilho - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 022/99 de autoria do Deputado Nelson Garcia. Parecer FAVORÁVEL da Deputada Serafina Carrilho - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 070/99 de autoria do Deputado Hidekazu Takayama. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Pastor Edson Praczyk - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 017/99 de autoria do Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Pastor Edson Praczyk, na forma da emenda anexa - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 024/99 de autoria do Deputado Orlando Pessuti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Pastor Edson Praczyk - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 108/99 de autoria do Deputado Irineu Colombo. Concedido vistas ao Deputado Durval Amaral. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, Advogada e Secretária de Comissão.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ANA LÚCIA ANDRETTA - Secretária